



Estudos Teológicos foi licenciado com uma Licença Creative Commons –  
Atribuição – NãoComercial – SemDerivados 3.0 Não Adaptada

<http://dx.doi.org/10.22351/et.v60i1.3952>

## O DEUS DOS SEMITAS<sup>1</sup>

*The God of the Semites*

**Nelson Kilpp<sup>2</sup>**

Resenha de: TERRA, João Evangelista Martins. *O Deus dos semitas*. São Paulo: Loyola, 2015.

O livro com mais de quatrocentas páginas, tem uma apresentação de Simian-Yofre e uma ampla introdução e um posfácio do próprio autor, nos quais mostra o gradativo surgimento da obra dentro de uma rica e diversificada biografia acadêmica e pastoral. O autor, um biblista jesuíta que se tornou muito conhecido no Brasil por sua longa atuação na Liga de Estudos Bíblicos e como diretor da Revista Cultura Bíblica, apresenta sua obra como tese gestada por 55 anos, iniciada em 1958, quando ingressou no Pontifício Instituto Bíblico de Roma e na Pontifícia Universidade Gregoriana (p. XXIII). Na verdade, os 20 capítulos são 20 artigos completos e independentes, de modo que cada um pode ser lido separadamente. Não raras vezes temas se repetem. No início de cada capítulo, há um resumo e *abstract* e, no final, uma ampla e rica bibliografia. As referências bibliográficas por si só já justificam a presença da obra nas bibliotecas de faculdades e institutos de Teologia, Ciências da Religião, História do Antigo Oriente Médio e Línguas Semíticas. O conteúdo não apresenta dificuldades de compreensão ao leitor ou à leitora.

Um aspecto que logo chama a atenção é o amplo conhecimento linguístico do autor. Os capítulos 1 (“As línguas semíticas”) e 4 (“Grupo norte-ocidental das línguas semíticas”) tratam explicitamente das línguas semíticas. Além disso, o autor apresenta, no capítulo 10 (“O Deus dos semitas: nomes teofóricos acadicos”), uma extensa lista de nomes acadicos com sua respectiva tradução (inclusive a lista de 300 nomes de J. J. Stamm) e, a partir deles, reflete sobre a religiosidade do povo. O mesmo ocorre no capítulo 12 (“Nomes teofóricos em hebraico bíblico”). Aqui o autor se concentra no elemento teofórico *El* (repercutindo a conhecida obra de Martin Noth, *Die israelitischen Personennamen*, de 1928). Pena que não se fornecem também os nomes formados com o elemento *Yah/Yehu*

---

<sup>1</sup> O artigo foi recebido em 06 de abril de 2019 e aprovado em 25 de abril de 2020 com base nas avaliações dos pareceristas *ad hoc*.

<sup>2</sup> Doutor em Teologia. Faculdades EST. E-mail: [nkilpp@uol.com.br](mailto:nkilpp@uol.com.br)

com seus respectivos significados. O capítulo 12 conclui com a apresentação detalhada de gramáticas e dicionários do hebraico bíblico em língua portuguesa.

A área em foco, a religião do antigo Oriente, é abordada a partir do diversificado panteão de seus povos (capítulo 2: sumérios e babilônios; capítulo 4: arameus e cananeus; capítulo 5: Ugarit; capítulo 6: Ebla; capítulo 7: árabes pré-islâmicos). Em sua análise das expressões religiosas semitas, o autor aborda apenas esporadicamente ritos e costumes. Concentra-se nas diversas divindades. Destaque especial é dado ao Deus *El*, tratado em diversos capítulos. O capítulo 2 (“Línguas e religiões semíticas orientais: síntese”) apresenta as manifestações religiosas mesopotâmicas e seu grande número de divindades. Aqui já se anuncia uma tese do autor: existe no politeísmo oriental, em especial babilônico, uma tendência ao monoteísmo. Como argumento afirma que, no epílogo do poema *Enuma Elish*, as diversas divindades são apresentadas como aspectos da personalidade de um único Deus, Marduc (p. 38s). Essa tese vai aparecer amiúde nos capítulos seguintes, em especial, no capítulo 11 (“Um monoteísmo implícito das religiões semitas?”), no qual apresenta as posições de diversos autores sobre o assunto e onde também introduz a expressão “osmose sincrética” (de G. Kestemont) para designar o fenômeno.

Destaque especial merece o Deus, ou melhor, a noção de divindade *El/Ilu*. Enquanto o capítulo 3 (“Deus-Ilu nas religiões semitas da Mesopotâmia”) apresenta algumas tentativas de definir a divindade *El*, os capítulos 5 (“Ugarit”) e 6 (“Ebla”) buscam entender a posição de *El* a partir de textos oriundos dessas duas cidades. O autor faz uma linha de desenvolvimento entre o *El* de Ugarit e o Deus dos patriarcas. Também aponta para a existência, em textos de Ebla, de antropônimos com o elemento teofórico *Yahu*, o que indicaria que, nesta região, se adorava um Deus com esse nome. Na p. 115, já se percebe uma segunda tese do autor: o Deus de Israel absorve características das divindades cananeias, evitando, assim, que estas se transformassem em divindades secundárias ao lado de Javé (p. 115). Esse processo é chamado de “inculturação religiosa” (p. 115).

Três capítulos tratam de *El* e *Elohim* em Israel: capítulo 8 (“*El* em Israel”), capítulo 9 (“*Elohim* no Antigo Testamento”) e capítulo 13 (“A noção de Deus no Antigo Testamento”). Além de enumerar e esclarecer os diversos usos e títulos de *El* em Israel, o autor adere à tese de que a forma plural *Elohim* usada para designar um só Deus implica intensidade, abstração ou plenitude (p. 181). Já aqui o “*El* dos patriarcas” e a teologia dos pais e mães de Israel recebem atenção especial. O tema do Deus dos pais, mencionado em diversos lugares, é aprofundado nos capítulos 14 (“A religião dos patriarcas”) e 17 (“A teologia dos patriarcas”). O autor já havia destacado anteriormente as afinidades entre o Deus dos patriarcas e o *El* adorado em Ugarit (p. 90), nos povos mesopotâmicos (p. 144s) e entre árabes pré-islâmicos (p. 127). Para Martins Terra, o “Deus pessoal” é um fenômeno que ultrapassa o antigo Israel. Nos dois capítulos dedicados especificamente aos pais e às mães de Israel, algumas teses ganham maior clareza. O autor afirma, por exemplo, que antes de aderirem ao Deus Javé, os patriarcas adoravam o Deus Criador cananeu *El*, que é, ao mesmo tempo, o Deus da família. Assim sendo, advoga por uma continuidade entre cananeus e israelitas (p. 312). Dessa percepção depreende, na esteira de Norbert Lohfink, que não

se pode demonizar as outras religiões (não cristãs; p. 312s). Quanto à teologia dos patriarcas, Martins Terra reafirma a importante convicção de que a fé no “Deus do pai” se assimila com facilidade ao El cananeu no processo já mencionado de inculturação, do qual a fé israelita sai enriquecida (cf. p. 161). “Em seu itinerário histórico, em contato com outras religiões, Israel descobre muitas verdades religiosas vividas pelos povos pagãos. Nesse caso, em contato com fenômenos religiosos válidos, Israel os assume, mas sempre depurados e condicionados pelo gabarito específico de Israel, que é a verdade do monoteísmo” (p. 349).

A esse monoteísmo é dedicado o capítulo 15 (“Politeísmo e monoteísmo na linguagem do Antigo Testamento”), no qual o biblista também dialoga com a obra do papa Bento XVI (*Fé, verdade, tolerância; o cristianismo e as grandes religiões do mundo*, 2007) e de Norbert Lohfink (“Politeísmo e monoteísmo na linguagem sobre Deus no Antigo Testamento.” In: *Grandes manchetes de ontem e hoje*, 1984). Para o autor, “o politeísmo e o monoteísmo não passam de duas linguagens [...] duas formas de aproximação da mesma realidade” (p. 336). A monolatria israelita evidentemente pressupunha o politeísmo. Mas a experiência pessoal se dá somente com uma divindade, a qual é considerada pelo adepto como única. O infinito tem inúmeras possibilidades de se manifestar, mas no ato concreto de adoração, tudo conflui num único Deus (p. 338).

Até aqui já se evidenciou que o autor aborda os textos e o tema com o olhar do cientista da religião. Isso é muito bem-vindo em épocas como a nossa, em que se intensificam os conflitos com motivação religiosa e em que se presencia um crescimento da intolerância religiosa, muitas vezes aliada a preconceitos raciais. O autor busca mostrar que a fé israelita deve ser entendida dentro do contexto religioso e cultural do antigo Oriente Médio. E nesse contexto, há muito mais afinidades do que conflitos. No intercâmbio religioso de Israel com seu entorno, o povo de Deus se enriquece. Quatro capítulos finais tratam especificamente dessa inserção de Israel na cultura oriental: capítulo 16 (“A religião de Israel no contexto histórico do Crescente Fértil”), capítulo 18 (“História de Moisés”), capítulo 19 (“Cosmovisão dos semitas”) e capítulo 20 (“Inculturação da fé de Israel na cultura do Egito”). O autor adota acriticamente a estrutura da narrativa bíblica como retrato fiel da história: o clã de Abraão migra de Ur para Canaã, depois para o Egito, onde permanece por 430 anos antes de ser libertado por Moisés (p. 345; 407s). Conforme o autor, Moisés gozou de ótima educação na corte do Faraó (p. 407s), o que lhe conferiu a capacidade de redigir o Decálogo e o Código da Aliança. Também o fato de a literatura sapiencial israelita ser parcialmente tributária da sabedoria egípcia é atribuído à intermediação de Moisés (p. 379). Os quarenta anos de peregrinação no deserto e a experiência do Sinai foram decisivos para o monoteísmo em Israel. Aliás, atribui-se a Moisés importância fundamental na formação de Israel: ele “logrou polarizar, galvanizar e cimentar a união em torno do Deus único, que tinha se revelado aos pais” (p. 389). Nota-se que o autor não leva em conta a possibilidade de outras mediações, além de Moisés, entre a cultura egípcia e a fé de Israel. Também não aborda as pesquisas mais recentes sobre a origem do povo de Israel (Norman K. Gottwald; Friedrich Stolz; Israel Finkelstein; Niels Peter Lemche). Ainda assim, sua tentativa de entender Israel como partícipe da imensa cultura oriental merece apoio

irrestrito. No último capítulo, faz uma bela comparação entre o Salmo 104 e o hino egípcio ao Deus Aton.

Lamentavelmente a obra apresenta diversos erros que poderiam ter sido facilmente evitados no trabalho de revisão do texto. Menciono alguns: não houve tentativa de padronizar os adjetivos gentílicos (p. 2s: línguas semíticas/ línguas semitas; p. 18: acádios/acádicos) nem topônimos (p. 18, 20: Akkad/Accad/Acad; p. 57, 59: Canaan/Canaã). Há algumas imprecisões, p. ex.: “império medo-assírio” em vez “médio império assírio” (p. 21); várias abreviaturas não foram elencadas no rol às p. XVII-XX (cf., p. ex., as abreviaturas das notas 6 e 7, à p.19); as p. 2s apresentam duas propostas distintas de divisão das línguas semíticas; nomes de autores nem sempre foram escritos corretamente (cf. nota 1, à p. 1, e nota 65, à p.152); a tradução de Salmo 91.5 deve ser “terror da noite” em vez de “terror da morte” (p. 115). São pequenos erros de digitação e revisão que podem atrapalhar a leitura, mas que não influem na compreensão do conteúdo.

Por fim, gostaria de sublinhar o que já disse acima sobre as referências bibliográficas arroladas no final de cada um dos 20 capítulos: é a mais completa bibliografia sobre línguas e religiões semíticas que já tive oportunidade de ver. Abarca obras das mais diversas línguas e correntes da pesquisa do século XX e da primeira década do século XXI. Por vezes, o autor comenta detalhadamente sua bibliografia (cf. p. 284ss). Estudantes da área ficarão muito gratos por tanta riqueza.